

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A MINERAÇÃO NO BRASIL: EDUCAÇÃO POPULAR E A LUTA EM DEFESA DO TERRITÓRIO

Rafael Augusto Nunes<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca refletir sobre as contradições causadas pela mineração, em especial na região norte do país, assim como apresentar o processo de formação e organização do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), assim como apresentar o curso Introdução ao Problema Mineral no Brasil, como ferramenta na luta pela resistência dos territórios em conflitos com grandes empreendimentos do setor minerário no Brasil. Diante disto, também é apresentado o processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), como espaço de ensino-aprendizagem dos movimentos sociais. O curso em especial, ocorre na ENFF, desde o ano de 2017, vem possibilitando ao MAM, um panorama nacional dos conflitos, a partir da construção do curso. A pesquisa se refere a uma revisão bibliográfica na qual se buscou trabalhar, entre outros, os seguintes autores, COELHO (2015), MARINI (1985), MEDEIROS (2002), PRINCESWAL (2007), PIZETTA (2007), entre outros autores.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo Educação Popular, Território.

### 1. Contradições da Mineração no Brasil e a formação do Movimento Pela Soberania Popular Pela Mineração

A mineração no Brasil está intrinsecamente ligada ao processo de formação social e econômica brasileira. A base da exploração rentista da exploração dos recursos naturais no Brasil, configurou a formação de uma elite dependente do mercado externo para que se consiga desenvolver economicamente. Dentro desta lógica, do processo de saque de ouro, a formação de uma matriz econômica pautada na exportação vem de fato para se consolidar dentro da formação do Brasil. Sendo esta, como trata muito bem do tema o historiador Nelson Werneck Sodré:

A mineração brasileira teve uma função importante na referida transformação: o afluxo de ouro em grandes proporções subverteu as relações entre o preço das mercadorias e o preço dos salários, ajudando a acumulação, impulsionou o alargamento da área da moeda, permitindo a remuneração do trabalho assalariado a número crescente de operários e possibilitou ainda a constituição de fundos de reserva que necessitavam as grandes empresas capitalistas. (SODRÉ, 2012, p.67).

---

<sup>1</sup> Estudante de Geografia da Universidade do Estado do Bahia (UNEB), Campus VI, Caetité. Email, [ranunes360@gmail.com](mailto:ranunes360@gmail.com).

Este processo de desenvolvimento dependente da economia brasileira possibilitou o desenvolvimento industrial dos países do capitalismo central. Segundo Marini, a especialização dos países centrais na indústria só foi possível devido à produção agropecuária dos países dependentes, que abastecia as massas urbanas ocupadas na indústria dos países ricos e barateava os preços dos alimentos. Este processo de concentração de riquezas resultou na formação de uma elite, de uma determinada classe social que detêm os meios de produção que estão voltados para a extração e exportação dos recursos primários no Brasil, entre eles os minerários.

A indústria da mineração sempre foi desenvolvida no Brasil por um capitalismo dependente, subdesenvolvido e baseada numa economia reprimarizada, com um crescente processo de violência que determinou a uma casta da sociedade ser apenas um ator social, vadio e sobrando, nas franjas de toda essa riqueza mineral e das engrenagens da grande fazenda em formação do modelo agrário exportador que moldaria toda a economia nos últimos cinco séculos. (COELHO, 2017, p. 10).

O processo de mineração também caracterizou um grande contingenciamento de populações negras escravizadas, dando assim uma das características gestora do povo brasileiro.

Diante disso, Darcy Ribeiro, explicita,

Com efeito, a mineração de ouro (1701-80) e, depois, a de diamante (1740-1828) vieram alterar substancialmente o aspecto rural e desarticulado dos primeiros núcleos coloniais. Sua primeira consequência foi atrair rapidamente uma nova população- mais de 300 mil pessoas, nos sessenta primeiros anos- para uma área do interior, anteriormente inexplorada, incorporando os territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso à vida e à economia da colônia. (RIBEIRO, 1995, p.152).

Esta caracterização da formação socioeconômica do Brasil, na especialização agrominério exportadora não se modifica, mesmo com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), as contradições de economia dependente são se alteram, mas por fim, acabam gerando mais conflitos no campo brasileiro. Em relação ao surgimento da CVRD, Coelho (2017), aponta que,

A Vale do Rio Doce nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro. Com um contrato de três anos, a empresa se comprometeria a vender toda a sua produção de cerca de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro para a Inglaterra e Estados Unidos a preços abaixo dos praticados no mercado mundial. (p. 27).

A Companhia que nasceu da necessidade de acordos internacionais para o abastecimento de ferro durante a II Guerra Mundial, realiza dentro do território nacional grandes empreendimentos, sendo o maior deles o Projeto Grande Carajás, no Estado do Pará, que representou uma mudança expressiva no processo de extração do minério de ferro. Como aponta Coelho (2017),



A mina de Carajás já nasceu com uma grande diferença na produção em relação ao período anterior, que é a automação do processo de extração do minério de ferro. Se antes a extração do minério era feita basicamente através da produção artesanal, na época da criação de Carajás a produção já era altamente mecanizada sendo realizada por perfuratrizes, escavadeiras, caminhões fora-de-estrada e motoniveladoras. (p. 33)

Sobre este processo de especificação da exploração em Carajás Minayo<sup>2</sup> divide a extração de ferro na CVRD em quatro fases: a primeira é caracterizada pela extração manual do minério; a segunda é constituída pela mecanização deste processo; na terceira surgem inovações tecnológicas e mudanças no gerenciamento; e a última traz aprofundamento da automação e da flexibilização do trabalho. Mas para além da reestruturação trabalhista o Projeto Grande Carajás, intitulado de S11-D, aprofundou ainda mais os conflitos com as comunidades camponesas no estado do Pará. Nesta questão Pinassi e Neto (2015), apresentam que, em toda a cadeia produtiva da mineração executada pela Vale, seja ela destinada à exportação ou à produção interna, os impactos que causa à sua volta são sempre extremamente agressivos. Os autores apresentam que, diante do regime militar brasileiro (1964-1985), os processos de violência se intensificaram em relação ao que diz respeito aos projetos do grande capital na Amazônia brasileira, apontam que,

Na Amazônia, o golpe de 1964 constituiu um marco dessa intervenção do Estado autoritário, que fundou e garantiu aí as estruturas necessárias a um efetivo controle. Referimos à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e ao Banco da Amazônia (BASA), órgãos indutores dos grandes projetos que ajudaram a enriquecer ainda mais as elites locais e de outras regiões do país que migraram com rapidez seus interesses para o Norte. (PINASSI; NETO, 2015, p. 30).

O quadro de agravamento dos conflitos na região Norte do país, configurou-se pela implementação de grandes empreendimentos que visavam assegurar a logística dos recursos naturais explorados na região. Empresas como Cargill, Camargo Correa, Vale, Alcoa, entre outras, instalaram seus empreendimentos com supervisão do Estado militar brasileiro. Ocasionalmente diversos impactos nas comunidades tradicionais que já viviam nestas regiões, Diante da questão das obras realizadas pelo Estado na região Pinassi e Neto (2015), destacam que,

A abertura das rodovias, com destaque para a Transamazônica, a partir da década de 1960, foi o carro-chefe para um triste enredo marcado pela violência contra trabalhadores (as) rurais, indígenas e lutadores sociais. Tudo agravado pela irracional destruição da natureza. (p. 31).

---

<sup>2</sup> MINAYO, p.41, 2004.

Esse “associativismo” dependente e repressivo do Estado com as multinacionais demonstram que, para garantir as altas taxas de lucros do capital internacional, o interesse próprio da nação e do povo brasileiro é deixado de lado. Este processo se intensifica a partir dos anos 1970, com a construção da Transamazônica, e os projetos de colonização implantados ao longo da rodovia. Mas, as intensificações das mudanças referentes à questão demográfica se intensificam a partir dos anos 1980. Como apresenta Pinassi e Neto (2015),

Mas é na década de 1980 que ocorre uma explosão demográfica na região em função da descoberta de ouro em terras que se transformam no imenso garimpo mundialmente conhecido como Serra Pelada. Uma multidão de homens, quase todos oriundos da região nordeste do país, corriam para a região em busca de trabalho e muitos deles acabaram se instalando na cidade de Marabá e fundando outras, como Curionópolis, Parauapebas e Eldorado dos Carajás, esta última cenário do massacre de 19 trabalhadores rurais sem terra, no mês de abril de 1997, pelas forças de repressão oficiais do Estado do Pará. (p. 39).

Diante deste processo, de ampla violência instituída pelo Estado e da ocupação do território realizada pelos empreendimentos Pinassi e Neto (2015), discutem o impacto da implantação do Projeto S11D, no município de Canãa dos Carajás, como aponta os autores,

O complexo de Carajás, conhecido também como Província Mineral de Carajás, estende-se por uma área de 900 mil km<sup>2</sup>, algo que corresponde a um décimo do território nacional. É cortado pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia e engloba terras dos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. Possui reservas estimadas em 2 bilhões de toneladas de minério de ferro localizadas no sul do estado do Pará, entre as cidades de São Félix do Xingu e Marabá e entre os rios Tocantins e Xingu. (PINASSI; NETO, 2015, p. 32).

O complexo ainda foi construído quando a Vale ainda pertencia ao Estado brasileiro, mas com o processo de privatização da empresa no ano de 1997, durante a gestão do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, todas as reservas foram então entregues para a iniciativa privada. Que segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a reserva tem um potencial de exploração que pode chegar a 17 bilhões de toneladas de minério de ferro.

Todo esse território nas mãos de uma empresa preocupada em abastecer o mercador internacional com as *commodities* de minério de ferro, vem ao longo dos anos, mais precisamente desde a década de 1980 trazendo enormes fissuras sociais, e sequencialmente provocando conflitos e assassinatos das lideranças camponesas, que já viviam no local, já foi citado o Massacre do Eldorado de Carajás, que matou 19 pessoas ligadas ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tudo sobre a tutela do Estado a serviço da empresa. Sobre este necessário de perseguição as lideranças locais, Pinassi e Neto (2015), apontam que,

É assim que, após quatro décadas de exploração na região de Carajás, o resultado do “progresso” realizado até aqui não poderia ser pior: mais de um milhão de hectares de castanhais destruídos, toda a madeira de interesse comercial retirada do local, matas queimadas para implantação de pastagens, rios e igarapés contaminados. Centenas de produtores rurais, indígenas, representantes de movimentos e da igreja ameaçados e assassinados. (p. 39).

Diante deste quadro alarmante para as comunidades camponesas, que se inicia o processo de articulação e de criação do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), fruto das lutas e reivindicações dos assentados e acampados do MST na região sul e sudeste do Pará, o MAM tem início a partir de um acúmulo de lutas na região Norte do país, como é destacado no pelos autores Trocate, Zanon e Vieira, no Livro Elementos Constitutivos do MAM;

Todos devem saber que ainda somos uma articulação resultado de muitas articulações, em torno da questão mineral, mais precisamente seus impactos em grandes regiões e municípios mineradores, em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, em regiões indígenas e quilombolas. (TROCATE; ZANON; VIEIRA, 2015, p.96).

Os autores apresentam uma síntese histórica dos processos de lutas que resultaram na necessidade de se organizar um movimento camponês que debatesse o modelo mineral aplicado no Brasil, os autores apresentam os seguintes pontos:

- **1979-1986:** Início do programa Grande Carajás, que em maio completou 30 anos. Em maio de 1986 há a criação de duas organizações, o Cento de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), e o Fórum Carajás. Em 2012, diversas organizações na região lançam a Campanha Contra o Saque dos Recursos Minérios.
- **2004:** Início das articulações da Via Campesina Pará e Amazônica.
- **2006:** Ocorre a formação da *Rede Justiça nos Trilhos*, a partir das articulações de padres da região Açailândia no Maranhão e articulação de estudantes da Universidade Federal do Pará, denominada Debate e Ação.
- **2007:** Jornada de lutas em defesa da reforma agrária e dos recursos naturais do povo brasileiro.
- **2008:** Surge na região de Serra Pelada o **Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM)**.

- **2009:** Com a colaboração do MST do Pará a comunidade realizou a jornada de lutas de lutas contra a ALCOA no município de Juruti.
- **2009:** Início da construção da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.
- **2012:** Primeira reunião de articulação do MAM em Parauapebas, com presença de 36 pessoas de 08 estados.
- **2014:** Entrada da organização na Via Campesina.
- **2014:** Realização do primeiro curso Nacional do MAM.

Diante destes processos históricos de lutas, resistências e das articulações da organização para a realização de atividades a nível nacional, Trocate, Zanon e Vieira (2015, p.100), apontam que os objetivos da organização são “Lutar por um novo modelo de mineração enquanto bens estratégicos para a sociedade; Exercer soberania popular sobre os bens naturais do povo brasileiro; Lutar por um projeto popular para o Brasil”.

Um dos avanços da organização dentro dos processos organizativos está na realização do Curso Introdução ao Problema Mineral no Brasil, realizado desde 2017, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), espaço este, de formação construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como perspectiva central a formação de militantes dos demais diversos movimentos sociais, não só do Brasil como dos continentes europeus, africanos e das Américas.

## **2. O Curso Introdução ao Problema Mineral no Brasil**

Um dos pontos principais dos movimentos sociais está pautado dentro do processo de formação, esta relação possibilita estruturar as organizações frente ao projeto hegemônico do capitalismo, apresentando alternativas de desenvolvimento, buscando construir outro modelo de sociedade. Os movimentos sociais no Brasil, tem tido certo êxito nesta questão, principalmente no que diz respeito a formação de militantes e quadros dirigentes. Dentro destes processos vale destacar o processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que tem seu processo de formação como uma síntese histórica do próprio MST. Sobre essa relação entre a ENFF e o amadurecimento e construção do MST, Medeiros (2002), apresenta que,

A história da EN tem sua origem logo nos primeiros anos após a fundação do MST, realizada durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, em 1984, com as primeiras articulações desenvolvidas pelos Sem Terra no intuito de materializar alternativas pedagógicas que permitissem atender a forte preocupação que o Movimento tinha para com a formação e qualificação política de seus quadros. (p.49).

Ainda esta o processo de formação de lideranças e trabalhos realizados no sentido do desenvolvimento de uma pedagogia que dialogasse com os integrantes do MST, em especial com a juventude Princeswal, 2007, aponta que,

A partir da demanda de formação dos seus próprios militantes e dirigentes, o MST passa a desenvolver cursos, em 1987, para a Coordenação Nacional e inicia uma turma de monitores em nível nacional, para militantes jovens. O curso em questão tinha duração de dois anos, objetivando a formação de dirigentes para organizarem o Movimento nos estados, dentro da perspectiva de movimento autônomo, com novas características organizativas e de lutas. Em 1988, é criado o setor de formação, com o objetivo principal de propor atividades de acordo com as demandas regionais, estaduais e nacionais surgidas de acordo com a realidade vivida. (p. 119).

Diante deste processo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscou empenhar esforços para a construção da Escola Nacional. Que teve grandes dificuldades em ter início durante os anos 1990, pelas gestões neoliberais que governaram o país, Collor (1990-1992), e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que dificultavam o acesso a políticas públicas que firmassem o compromisso com a educação do campo, assim como a educação dentro dos movimentos sociais. Mesmo diante desta conjuntura, no ano de 1998 tem início uma Campanha Nacional a fim de mobilizar os militantes a participar da edificação desse marco histórico dos movimentos sociais na construção de uma nova sede para a Escola.

Segundo Silva (2005), a responsabilidade da Campanha ficou a cargo da Coordenação Nacional, que incentivava as coordenações regionais a se mobilizarem por esta causa, criando três frentes de trabalho: distribuição de bônus para a sociedade, propagandas para estimular a base social e os organismos de governo. Em relação ao processo da campanha e seus resultados, Princeswal (2007, p.127), apresenta que, com o êxito da Campanha em âmbitos nacional e internacional, em julho de 1998 foi possível à compra do terreno no município de Guararema, no Estado de São Paulo, de 30 mil metros quadrados. A principal fonte de financiamento para a aquisição do terreno adveio da venda das fotos “Terra”, de Sebastião Salgado. O recurso oriundo da União Europeia possibilitou a reforma duas casas já existentes, a compra de maquinários e o apoio aos recursos humanos utilizados na obra.



O início das obras da escola tem início nos anos 2000 sendo finalizada no ano de 2003. Uma das principais características tanto no período de construção da ENFF, quanto depois, durante seu processo de organização e de trabalho, está muito voltada para a questão da solidariedade, como apresenta João Pedro Stédile, o fato de a ENFF ter sido construída – e ainda seja mantida – com base no voluntarismo, na solidariedade e no trabalho diário e sistemático dos militantes e apoiadores do movimento, caracteriza o que ele denominou de “afetividade socialista”. (STÉDILE, 2011, p. 71).

Este processo e identidade, caracterizado por Stédile como “afetividade socialista”, é o que permite possibilita a ENFF, ter se tornado referência no trabalho com diversas organizações. Como apresenta Pizzeta (2007, p. 244-246), em relação ao trabalho desenvolvido pela escola, em relação a sua metodologia de ensino e desenvolvimento da análise crítica do mundo, trata-se de uma formação com base teórica sólida e crítica, com vistas a preparar militantes revolucionários aptos a compreenderem a dinâmica dos processos históricos (global, regional e brasileiro) que caracterizam o modo de produção capitalista atual, bem como construir instrumentos de intervenção consciente sobre a realidade. A autora ainda destaca que,

A ENFF é um conjunto de ações políticas e formativas-pedagógicas, organizadas e realizadas pelo Movimento, independentemente do local e momento de sua realização. Essas atividades também podem ser em parceria, convênios com outros centros de educação e formação, institutos de ensino, tanto do Brasil, como localizados em outros países. (PIZZETA, 2007, p. 247).

Dentro deste processo organizativo o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), começam a desenvolver a ideia de uma formação específica para se tratar da questão relacionada com a mineração no Brasil. Fruto destas articulações tem início o curso Introdução ao Problema Mineral no Brasil, que ocorre desde 2017 na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

O curso para militantes do MAM tem como objetivo trabalhar as principais contradições da mineração dentro do território nacional. A formação tem duração de 45 dias, sendo trabalhados pontos teóricos, como por exemplo:

- a. Conjuntura da Mineração no Brasil.
- b. Política Mineral no Brasil.
- c. Juventude e Mineração.
- d. Questão Racial.



- e. Agroecologia e Mineração.
- f. Povos indígenas e a questão mineral no Brasil.
- g. Criação da Companhia Vale do Rio Doce.
- h. Comunicação Popular.
- i. Geologia no Brasil.

O curso tem como objetivo possibilitar uma melhor compreensão da questão mineral no Brasil, desde os ciclos econômicos, como apresentar as contradições causadas pela aplicação do modelo econômico pautado no extrativismo dos recursos naturais, assim como dialogar sobre os conflitos gerados a partir da entrada dos empreendimentos de mineração nos territórios. A possibilidade de se reunir militante de diversos estados, possibilita uma troca de experiências diante das problemáticas da mineração no Brasil, como aponta José Beniezio<sup>3</sup>, da coordenação nacional do MAM sobre o curso,

A burguesia ao longo da sua história busca ocultar o problema mineral, tendo como sustentação ideológica o discurso do progresso, do desenvolvimento e da necessidade da mineração para a nossa economia. Apesar dos territórios minerados estarem permeados de veias abertas de sangue e dor, esta realidade não é desnuda para a maioria da sociedade brasileira. Revelar este problema com o objetivo de construir condição de superação exige que a própria classe se aproprie deste problema e tenha capacidade de construir as condições de desvelar e mobilizar o povo contra este modelo mineral. Para isso, é fundamental formarmos um conjunto de militantes da classe trabalhadora, com potencialidades de serem intelectuais orgânicos da classe, no sentido de contribuir na reflexão e compreensão da realidade mineral e fortalecer a classe para a incidência na luta com o objetivo de transformação da realidade mineral. Neste aspecto, o curso cumpre o papel de introduzir aspectos fundamentais sobre o problema mineral que possa estimular e fortalecer o desenvolvimento de um pensamento crítico na mineração.

Dentro do período de 45 dias destinados para o curso, além da formação teórica, todos os participantes do curso realizam funções dentro da escola, como auxiliar na limpeza da cozinha, na manutenção da horta e dos pomares existentes da limpeza dos espaços coletivos, da produção de material didático, assim como da comunicação, entre outros setores que funcionam dentro da ENFF, tudo com base na “afetividade socialista”, já citada por Stédile.

---

<sup>3</sup> Fala do coordenador nacional do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, José Beniezio Eduardo de Carvalho Silva, em resposta sobre a importância do curso introdução ao Problema Mineral no Brasil. Entrevista realizada no dia 10 de março de 2020.

Ainda sobre a importância da ENFF, para a formação da classe trabalhadora, Maria Eduarda<sup>4</sup>, militante do MAM no estado da Bahia, em resposta para a produção do artigo, destaca que,

A Escola Nacional Florestan Fernandes foi construída por mão de trabalhadores do MST com o intuito de realizar formação política das organizações populares do mundo inteiro através de cursos periódicos. Seu método de ensino é baseado na teoria marxista e na educação popular buscando unir teoria e prática, ensinando não apenas o conteúdo dentro de sala, mas também como viver em coletivo e desenvolver trabalhos criativos envolvendo a arte e de auto sustentação da própria escola, tudo isso alicerçado na constituição de valores transformadores e essenciais para uma nova sociedade de caráter socialista.

Já, no que diz respeito à metodologia do curso, o mesmo tem sua organização dividida em grupos, chamados de Núcleos Base (NB), que ficam responsáveis por pensar um nome (em geral, de uma lutadora ou lutador da classe trabalhadora), para os NB'S, bem como, são realizadas leituras de textos, discussões para depois serem realizadas socializações com o restante da turma.

O curso tem possibilitado o fortalecimento de diversas comunidades camponesas dentro do território brasileiro, que tem a difícil tarefa de muitas vezes para além dos empreendimentos minerários, terem que resistir frente aos latifundiários, que vem cada vez mais cercando os pequenos produtores, as comunidades quilombolas e os povos indígenas. Diante da atual conjuntura nacional, com o agravamento das questões políticas após a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da república, cursos e formações como estas, dentro da Escola Nacional Florestan Fernandes tem sido de grande importância para a classe trabalhadora, como destaca Paulo César<sup>5</sup>, militante do MAM, no Estado de Alagoas,

A ENFF hoje é o maior centro de formação no Brasil e na América Latina, chega a ser nível mundial nesse aspecto. Esse espaço de formação é importantíssimo para luta de classes pois através dos cursos e o modelo de vivência no local faz com que as pessoas que entram ali, quando sai não é mesma tanto na questão de conhecimento do nosso povo quanto também na questão de ser mais humano e construir um novo modelo de junto.

<sup>4</sup> Fala de Maria Eduarda, militante do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, da área de comunicação da organização. Em resposta sobre a importância da ENFF, como espaço de ensino-aprendizagem dos movimentos sociais? Entrevista realizada em 05 de março de 2020.

<sup>5</sup> Fala de Paulo Cesar, militante do MAM no estado de Alagoas. Em resposta sobre a importância da ENFF, como espaço de ensino-aprendizagem dos movimentos sociais? Entrevista realizada em 12 de março de 2020.



Sendo que a ENFF representa para os movimentos sociais um espaço político de formação militante que recebe diversas organizações, dentro e fora do Brasil, que realizam cursos com as mais diversas temáticas, sendo um espaço para a socialização e troca de experiência das diversas lutas realizadas pela classe trabalhadora, não somente no Brasil, mas como em todos os continentes, possibilitando dessa maneira, se manter viva a chama do Internacionalismo tão necessária para que outro projeto de sociedade possa vigorar frente ao grande capital.

### **3. Considerações finais**

A luta camponesa no Brasil representa, desde o processo de colonização, a primeira resistência contra um projeto de saque e de exploração dos povos originários e posteriormente dos povos africanos escravizados. É a luta pela justiça social, do acesso a terra, da distribuição da riqueza nacional, equitativamente, par todas e todos que trabalham nela. A luta camponesa representa a luta pela soberania nacional, à produção de alimentos e dos recursos naturais explorados no Brasil.

Essa luta, mais especificamente tratando da questão mineral no Brasil, que acompanha desde 1700, contradições em seu modelo de exploração voltado para o abastecimento do mercado externo, não se modificou estruturalmente, os megaprojetos da mineração em território nacional é para a garantia do abastecimento das indústrias do capitalismo central, e muitos destes projetos são financiados pelo capital estadunidense, inglês, da Alemanha do Canadá, entre outros países. O massacre do Eldorado dos Carajás banha mais uma vez as histórias do povo brasileiro de sangue e covardia, as contradições da mineração no Norte do país, foram o combustível necessário para as articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e da Via Camponesa, para a formação de uma organização capaz de discutir a mineração de maneira estrutural no Brasil, de apresentar alternativas frente à lógica hegemônica do capital, de exploração rápida e contínua dos recursos minerários. O Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) surge de um acúmulo de lutas e resistências, ocorridas mais precisamente do sudoeste e do Sul do Pará. Traça desde sua formação a importância do debate da mineração com toda a sociedade brasileira, não apenas com as comunidades atingidas diretamente, mas de certa maneira, todos somos atingidos pela mineração, seja nos centros urbanos, seja nas zonas rurais, em conflito aberto com o capital mineral e com o latifúndio.

A formação, etapa fundamental para os movimentos sociais, abre uma possibilidade de troca de experiência e do fortalecimento da “fraternidade socialista”, como coloca Stédille, e nesta busca do fortalecimento das relações entre a classe trabalhadora, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), desenvolve um papel fundamental na luta contra o grande capital. A experiência, da formação dentro da ENFF, é algo que fortalece as bases, que constrói uma perspectiva de outra sociedade, mais justa, fraterna e igualitária. Dessa maneira, a formação e a construção da ENFF é uma síntese histórica da luta dos movimentos camponeses, em especial o MST, mas também todas as organizações que enfrentam diariamente o grande capital, na cidade e no campo.

### Referências

COELHO, Tádzio, Peters. **A Questão Mineral no Brasil Vol. 1.** Projeto Grande Carajás. Editora iGuana 2ª Edição Julho de 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolucion.Siglo XXI:** Mexico, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, 2ª Edição, 1995. São Paulo.

MEDEIROS, E. C. de. **A dimensão educativa da mística sem terra:** a experiência da Escola Nacional “Florestan Fernandes”. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, SC: UFSC, Centro de Ciências da Educação. 2002.

MINAYO, Maria. **De Ferro e Flexíveis:** marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PINASSI, Orlanda Maria; NETO, da Cruz Gomes Raimundo/ et al. **A Mineração e a lógica da Produção Destrutiva na Amazônia.** In: TROCATE, C; Zanon M; VIEIRA, J. (Orgs.). Elementos Constitutivos do MAM. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.

PIZETTA, A. M. J. **A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes:** um processo de formação efetivo e emancipatório. Libertas, Juiz de Fora, MG, ed. especial, p. 24-47, fev. 2007.

PRINCESWAL, Marcelo. **MST e a proposta de formação humana da escola nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica.** UERJ: 2012. Tese (Mestrado) Programa de pós-graduação em políticas públicas e formação humana, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Maria Roberta Lobo. **A Dialética do Trabalho no MST:** a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Niterói: UFF: 2005, 323p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.



III Congresso Internacional  
V Congresso Nacional

**25 a 28**  
**Agosto 2021**



STÉDILE, J. P. Saudação em nome da direção nacional do MST. In: ENFF. **Cadernos de estudos ENFF** – 2. Literatura e formação da consciência. Guararema, SP: ENFF, 2011.p. 69-72.

TROCATE, C; Zanon M; VIEIRA, J. (Orgs.). **Elementos Constitutivos do MAM**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015.



III Congresso Internacional  
V Congresso Nacional

**25 a 28**  
**Agosto 2021**

